

# O INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO E AS ASSIMETRIAS REGIONAIS EM PORTUGAL

Francisco José TERROSO CEPEDA  
Doutor em Economia  
Instituto Superior Politécnico de Bragança

## RESUMO

A Economia Portuguesa viu aumentar, ao longo dos últimos anos, o seu grau de dependência face ao exterior, resultante de uma modelo de desenvolvimento cujos eixos principais assentam num número limitado de sectores de mão de obra intensiva dirigidos para a exportação e nas vantagens comparativas que resultam de um baixo nível dos salários praticados, bastante inferiores aos dos países do Norte e Centro Europeus.

O IDE, com grande aumento de volume nos últimos anos, tem vindo a reforçar o modelo de desenvolvimento já existente o que se traduz, em termos espaciais, num agravamento contínuo das assimetrias regionais. Há uma relação de causalidade directa entre IDE e desequilíbrios estruturais pelo que, obviamente, com o aumento de IDE aumentam também as assimetrias regionais.

## 1. INTRODUÇÃO

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) tem-se manifestado, ao longo dos tempos, como um dos instrumentos principais para uma melhor adaptação e modernização da economia portuguesa, para além do carácter complementar que representa em relação ao investimento nacional.

Numa breve retrospectiva sobre a evolução e comportamento do IDE em Portugal nas últimas décadas podemos ver que, nos anos quarenta, incidia fundamentalmente nas indústrias químicas e alimentares, sendo seu objectivo principal o abastecimento do mercado interno.

Apesar do IDE ter tido, a nível mundial, um forte incremento na década de cinquenta, em Portugal tal não aconteceu devido, em grande parte, ao condicionamento industrial que então se verificava e à desconfiança com que os poderes públicos olhavam este tipo de financiamento.

Ao longo dos anos sessenta e princípios dos setenta assistiu-se a um incremento dos fluxos de investimento internacional relacionado com os movimentos de integração europeia, a redução dos obstáculos à evolução de capitais, as diferenças de nível tecnológico entre os países e o desenvolvimento dos meios de comunicação <sup>(1)</sup>; a esta conjuntura internacional temos que acrescentar, internamente, as circunstâncias favoráveis ao IDE representadas pela adesão de Portugal à EFTA e pela consolidação de grupos económicos voltados para os mercados externos. Este novo enquadramento nacional e internacional fez com que se alterasse a filosofia do IDE em Portugal, passando a constituir preocupação dominante a produção para os mercados internacionais de bens que haviam registado uma nítida deslocalização da sua produção à escala mundial <sup>(2)</sup>, nomeadamente vestuário, produtos eléctricos e electrónicos e construção naval. Portugal oferecia, na década de sessenta e princípios da de setenta, um conjunto de atractivos ao IDE que podemos resumir da seguinte maneira:

- localização geográfica privilegiada;
- membro da EFTA;
- acordo de comércio livre com a CEE em 1972;
- estabilidade monetária;
- ausência de greves, por proibição das mesmas;
- carga fiscal reduzida;
- baixos salários;
- energia barata;
- disponibilidade de matérias-primas;
- ausência de política ambiental o que permitiu IDE em empresas metalúrgicas e de produção de pasta de papel, altamente poluentes.

Com a revolução de Abril de 1974 e a instabilidade política e social que se lhe seguiu, o IDE diminuiu substancialmente em Portugal, sobretudo nos anos de 1975 e 1976. A partir de 1977/78 assiste-se a um grande incremento do IDE em projectos empresariais que têm como característica principal a canalização da produção para os mercados externos. A realização destes projectos - e doutros que se lhe seguiram com a mesma filosofia - teve um impacto positivo na economia portuguesa, sobretudo no sector exportador, quer pelo acréscimo dos volumes exportados com a consequente contrapartida na aquisição de divisas, quer pela melhoria introduzida na estrutura sectorial das exportações, já que o IDE se tem dirigido predominantemente para sectores de média e alta intensidade tecnológica como sejam as indústrias químicas, automóvel e conexas, eléctrica e electrónica o que conduzirá a uma redução gradual do peso relativo dos produtos tradicionais nas exportações portuguesas. <sup>(3)</sup>

A entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu - associada a uma considerável estabilidade e à manutenção de baixos salários relativos - criou as condições para um incremento espectacular do IDE que aumentou 73% de 1986 a 1987; entre 1986 e 1989 o IDE multiplicou-se cerca de 13 vezes, passando de 24.5 para 317.9 milhões de contos <sup>(4)</sup>. Se em relação à entrada na CEE e à estabilidade social há todas as condições para continuar a

considerá-las como estímulos à entrada de IDE, o mesmo não poderemos afirmar da evolução dos salários, os quais, obviamente, tenderão a subir e a aproximar-se dos níveis práticos nos restantes países das comunidades. Daí o poder afirmar-se que *ou compensamos com acréscimos de produtividade os acréscimos de custo do factor trabalho, ou aquele estímulo tenderá a esbater-se e mesmo a desaparecer* (5).

Vemos assim que o IDE tem vindo a crescer a um ritmo muito acelerado nos últimos anos, sintoma evidente da cada vez maior dependência da economia portuguesa face à tecnologia e aos capitais exteriores.

«Numa perspectiva de desenvolvimento(6) o IDE não é uma questão pacífica, apresentando-se como portador de vantagens e inconvenientes. Se, por um lado, ninguém discute a vantagem do investimento enquanto contributo positivo para a cobertura dos défices de curto prazo da Balança de Pagamentos, ninguém tem dúvidas também de constituir um factor negativo a saída posterior do montante do investimento acrescido dos respectivos lucros. Ninguém discute as vantagens e o contributo do IDE no crescimento económico do País; discute-se, e cada vez mais, a sua influência no desenvolvimento das diferentes regiões (7). Será o impacto regional do IDE o objectivo primordial deste estudo, tentando avaliar em que medida tal investimento contribui para aumentar os desequilíbrios regionais.

## 2. O IDE EM PORTUGAL: NATUREZA, ESTRUTURA, ORIGEM E IMPORTÂNCIA.

Dissemos já que a participação do IDE tem vindo a aumentar muito em Portugal embora, em termos relativos, essa participação seja inferior à verificada na maioria dos países europeus industrializados. Para tal muito contribuiu, naturalmente, a reduzida dimensão do mercado português por um lado, e uma política de fraca abertura ao exterior por outro.

Com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias minimizaram-se os efeitos limitativos anteriores, já que *as empresas instaladas em Portugal passam a ter acesso ao amplo mercado europeu e, em conformidade com o regime legal decorrente das normas comunitárias, foi adaptado o princípio geral da liberdade de estabelecimento* (8). É com base neste novo enquadramento legal e na condição de país membro da CEE que Portugal consegue atrair, em paridade com os demais países comunitários, investimento estrangeiro. Conseguir ultrapassar essa situação de igualdade passa a ser objectivo dos governantes, preconizando estes uma promoção das vantagens comparativas da economia portuguesa com vista à captação de investidores em mercados não tradicionais (9).

Assumiam assim as autoridades portuguesas a grande importância que, para a economia nacional, representavam os fluxos crescentes do investimento estrangeiro, particularmente se estes incidissem nas áreas dos serviços (financeiros, auditoria, design, publicidade, comercialização e turismo) e da indústria transformadora (introdução de novas tecnologias no domínio da transformação de produtos da agricultura, da química fina e de componentes de pequenas e médias séries).<sup>(10)</sup>

Esta forma de encarar o investimento estrangeiro por parte das autoridades governamentais portuguesas fez com que este se expandisse, surgindo, por um lado, como instrumento privilegiado do crescimento económico e, por outro, como factor de desequilíbrios regionais e sectoriais como iremos ter ocasião de verificar.

O Quadro I mostra-nos o destino – ou tipos de operação – do IDE em Portugal ao longo dos anos de 1987, 1988 e 1989. Da leitura deste Quadro podemos fazer as seguintes deduções:

«A maioria do IDE foi aplicada em *empresas já instaladas* com vista, principalmente, à sua expansão.

– O montante do IDE destinado a *novas empresas* e a *empresas já instaladas* é bastante elevado (89% em 1987; 69.6% em 1988 e 75.1% em 1989), o que deixa transparecer um certo carácter expansionista e inovador do IDE.

– O IDE aplicado em *aquisições* de empresas nacionais aumentou significativamente, facto a que não é estranho o processo de privatizações encetado em 1988 (11).

Vejamos agora como se distribuiu o IDE pelas diferentes actividades económicas ao longo dos anos de 1987, 1988 e 1989. O Quadro II dá-nos essa repartição, o que nos permite extrair as seguintes observações:

– O sector de actividade *Bancos, Seguros e Serviços às Empresas* é o preferido pelo IDE, sendo responsável por, praticamente, 50% desse investimento em 1989. Trata-se de um dos sectores de actividade mais dinâmicos da economia portuguesa, o que nos leva de imediato a constatar qual a orientação dominante do investimento estrangeiro.

– Três dos sectores de actividade em fraca expansão na economia portuguesa – *bancos, seguros e serviços às empresas, indústrias transformadoras e comércio, restaurantes e hotéis* – são os destinatários de mais de 85% do IDE o que demonstra, uma vez mais, a apetência deste investimento pelas actividades económicas em fase de assinalável expansão.

– O IDE tem uma participação diminuta em sectores de actividade voltados, principalmente, para o mercado interno, como são os casos da *agricultura, silvicultura, caça e pesca, das indústrias extractivas, dos transportes, armazenagem e comunicação* e dos *serviços de limpeza, sociais, culturais, pessoais e domésticos*.

Das observações anteriores pode concluir-se que o IDE privilegia os sectores mais voltados para o mercado externo em detrimento dos restantes, contribuindo assim para um agravar das desigualdades de produtividade entre os referidos sectores.

Para além deste agravar das desigualdades de produtividade inter sectorial, o IDE não tem um comportamento linear intra sectorial, como podemos ver no Quadro III relativo à

QUADRO I - Investimento Directo Estrangeiro Autorizado

Unidade: 10<sup>3</sup> Escudos

TIPOS DE OPERAÇÃO	1987		1988		1989	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Criação de Empresas			24 231 001	17,6	44 247 561	13,9
Criação de Sociedades			3 926 838	2,8	10 617 702	3,3
INVESTIMENTO EM NOVAS EMPRESAS	13 547 840	21,9	28 157 839	20,4	54 865 263	17,2
Aumentos Capital Específico			33 893 153	24,6	90 065 849	28,3
Aumentos de Capital de Consolidação			18 137 448	13,1	27 550 925	8,7
Reintegração de Capital			360 000	0,2	-	-
Prestações Suplementares			14 142 746	10,2	66 432 281	20,9
INVESTIMENTO EM EMPRESAS INSTALADAS	41 340 954	67,1	66 473 347	48,2	184 069 053	57,9
AQUISIÇÕES	6 200 854	10,0	43 331 347	31,4	71 440 326	22,5
OUTROS	517 562	1,0	90 620	-	7 536 716	2,4
TOTAL	517 562	1,0	90 620	-	7 536 716	2,4

Fonte: IB - 1987  
ICSP - 1988, 1989

QUADRO II - Regulação do IBE por Atividades Econômicas (1987-1989)

C.A.B.	IMPORTÂNCIA			%		
	1987	1988	1989	1987	1988	1989
C.A.B.						
CAB 11-12-13						
Agricultura, Silvicultura	1.946	2.800	6.599	3,2	2,1	2,1
Caça e Pesca						
CAB 22-23-29						
Indústria, Mineração	8.633	2.287	2.073	1,0	1,6	0,7
CAB 31-32-33-34-35						
36-37-38-39	18.938	41.805	62.654	30,8	30,2	19,7
Indústria Transformadora						
CAB 41-42						
Mineração, Óleo e		0.048	0.113	-	-	-
Abastecimento de Água						
CAB 50						
Construção e Obras Públicas	1.388	7.625	22.339	2,1	3,5	15,3
CAB 61-62-63						
Comércio, Restaurantes e Hotéis	9.637	36.244	48.495	15,6	19,0	15,3
CAB 71-72						
Transportes, Armazenagem	1.883	0.307	2.292	3,1	0,4	0,7
CAB 81-82-83						
Bancos, Seguros e Serviços de Finanças	26.887	53.235	137.638	43,6	40	49,5
CAB 91						
Administração Pública e Defesa Nacional	26.887	53.235	137.638	43,6	40	49,5
CAB 92-93-94-95						
Serviços de Turismo, Saúde, Cultura, Recreio e Diversões	0.399	1.671	5.661	0,6	1,2	1,8
TOTAL	61.637	158.038	317.211	100	100	100

Unidade: 10<sup>6</sup> Escudos

Fonte: Elaborada a partir de dados constantes em:

III - 1987

ICRP - 1988 e 1989

QUADRO III - Repartição do IDE na Indústria Transformadora (1967-1988-1989) (%)

RAMOS DE ACTIVIDADE	1967	1988	1989
Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabaco .....	4.4	15.5	21.5
Indústrias Têxteis, do Vestuário e do Couro .....	10.7	8.4	12.6
Indústrias da Madeira e da Cortiça .....	15.5	1.0	1.6
Indústrias do Papel, Artes Gráficas e Edição de Publicações.....	8.8	5.6	16.5
Indústrias Químicas dos Derivados do Petrólio do Carvão e dos Produtos da Borracha e Plástico .....	12.6	20.1	9.3
Indústria dos Produtos Minerais não Metálicos, com excepção dos Derivados do Petrólio Bruto e Carvão .....	26.1	20.5	13.0
Indústrias Metalúrgicas de Base .....	0.4	0.2	0.5
Fabricação de Produtos Metálicos e de Máquinas,			
Equipamento e Material de Transporte .....	21.4	27.4	24.9
Outras Indústrias Transformadoras .....	0.1	1.3	0.1

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em:

. IB - 1967

. ISEP - 1988, 1989

repartição do investimento estrangeiro na indústria transformadora nos anos de 1987, 1988 e 1989.

As principais observações que o Quadro III nos permite fazer são as seguintes:

- Cerca de um quarto do IDE na Indústria Transformadora nos anos em referência concentrou-se na *fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte*, ramo de actividade largamente preferido pelo investimento estrangeiro.

- Igualmente significativo o peso que o IDE teve nos ramos de actividade das *indústrias dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e carvão nas indústrias químicas dos derivados de petróleo e do carvão e dos produtos da borracha e plástico e nas indústrias da alimentação, bebidas e tabaco*, apresentando-se este último com um peso crescente de IDE.

- Fraco investimento estrangeiro nos restantes ramos de actividade, correspondendo alguns valores anuais um pouco mais significativos à concretização de grandes projectos de investimento.

A partir destas constatações é possível detectar um outro efeito do IDE em Portugal: contribui para a especialização da economia de forma bastante acentuada o que, na realidade, se irá traduzir em desigualdades intra sectoriais.

Afirmava a este propósito Carrière (1989): *Motivado pelas vantagens comparativas, especialmente os reduzidos salários reais e a proximidade geográfica dos mercados norte europeus, o IDE reforça os desequilíbrios do aparelho produtivo na medida em que privilegia os polos de 'especialização internacional', isto é, os sectores cuja vocação exportadora é manifesta e superior à média nacional, sem que esteja necessariamente assegurada a satisfação da procura interna* (12)

Vejamos agora a proveniência do IDE e a forma como se tem processado a sua evolução.

QUADRO IV - Proveniência do IDE (%)

ORIGEM	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CEE	10.8	37.9	68.9	68.4	72.5	63.6
EFTA	13.3	7.3	18.4	7	9.5	10.8
USA	35.0	14.7	7.7	11.2	13.7	1.8
Resto do Mundo	13.8	9.1	5.5	9.3	13.2	13.2
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em:

. IIE - 1984, 1985, 1986, 1987

. ICEP - 1988, 1989

As principais conclusões que podemos tirar do Quadro IV são as seguintes:

- As comunidades europeias assumiram-se, a partir da pré-adesão em 1985, como os grandes investidores em Portugal, a larga distância dos restantes (em 1989 o IDE proveniente da CEE representou 75% do total).

- À medida que aumentava a importância da CEE diminuía, significativamente a posição dos USA, representando o IDE com esta origem apenas 1,8% do total em 1989. O declínio da importância do IDE proveniente dos USA é uma das consequências directas da adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

- O IDE proveniente do EFTA - associação a que Portugal deixou de pertencer - apresenta bastantes oscilações muito embora pareça vislumbrar-se uma tendência para um aumento gradual a partir de 1987.

Par além desta evolução do IDE por grandes blocos interessa, também, verificar o comportamento de alguns países tradicionalmente *investidores* em Portugal.

QUADRO V - Proveniência do IDE por Países (%)

ORIGEM	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Alemanha	4.1	3.6	14.8	5.5	6.0	3.6
Espanha	2.3	3.6	11.1	20.1	7.6	13.8
França	11.9	8.3	9.5	7.9	8.5	14.0
Reino Unido	9.7	41.7	22.4	23.8	26.7	25.0
Suécia	10.1	5.5	15.8	4.1	5.7	5.7
USA	35.0	14.7	7.7	11.2	13.7	1.8
TOTAL	73.1	77.4	81.3	72.6	68.2	63.9

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em:

. IIE - 1984, 1985, 1986, 1987

. ICEP - 1988, 1989

Escolheram-se os seis países constantes do Quadro V por serem aqueles que apresentam uma certa regularidade em termos de IDE em Portugal <sup>(13)</sup>.

Do quadro anterior é possível deduzir o seguinte:

- O Reino Unido apresenta a maior fatia do IDE em Portugal, facto que não é de estranhar já que este país tem sido, ao longo da história comum, um *parcelo* privilegiado nas trocas comerciais.

- A França aparece com uma quota do IDE significativa e bastante regular, surgindo, em 1989, como o segundo país *investidor* em Portugal <sup>(14)</sup>.

– Após longo período de tempo em que Espanha e Portugal viveram de costas voltadas – como se de dois corpos estranhos se tratasse – a adesão simultânea dos dois países às Comunidades Europeias fez com que, finalmente, acordassem e vissem o que nunca tinham querido ver: afinal estavam juntos e podiam e deviam privilegiar as suas relações políticas e comerciais. É assim que a Espanha passa a ser um importante investidor em Portugal, ocupando, em 1989, o terceiro lugar entre os investidores estrangeiros (15).

– Tal como já assinalámos anteriormente os USA perdem posições no que respeita aos países estrangeiros que investem em Portugal.

Conforme os países de origem do IDE assim teremos, por parte deste, um certo tipo de estratégia e uma certa inserção num determinado ramo de actividade, isto para além de uma actuação comum que faz com que as empresas com capital estrangeiro apresentem uma vocação para exportar muito grande.

Vejamos então as principais estratégias que é possível detectar no IDE em Portugal:

– Uma primeira estratégia tem a ver com a exploração dos recursos naturais portugueses, tentando desta forma os países estrangeiros orientar os seus investimentos no sentido de manterem e/ou reforçarem as suas posições no mercado mundial destes produtos. Trata-se de uma verdadeira *estratégia de aprovisionamento* (16) que pode ser ilustrada, em grande medida, pelo comportamento do IDE do Reino Unido.

– Uma segunda estratégia tem a ver com o aproveitamento dos baixos salários praticados em Portugal. Partindo desta realidade o IDE faz com que as empresas que controla produzam bens que posteriormente são exportados – na sua quase globalidade – para os países de origem desse mesmo IDE. Nesta perspectiva estamos em presença de uma *estratégia pura de produção* (17) de que os investimentos alemães nas indústrias mecânica e electromecânica são um bom exemplo.

– Uma terceira estratégia tem a ver com a integração de Portugal na CEE e com as vantagens que daí decorrem para certos países a ela não pertencentes. Na verdade, o facto de certos países exteriores à CEE investirem em empresas situadas em Portugal faz com que tenham acesso ao mercado europeu, sem quaisquer barreiras impositivas. É o caso concreto do IDE japonês, americano e brasileiro que visa servir-se de Portugal como trampolim para o mercado comunitário.

## 2. LOCALIZAÇÃO DO IDE EM PORTUGAL E ASSIMETRIAS REGIONAIS

Para tentarmos ver qual o impacto da localização do IDE em termos de assimetrias regionais procurámos verificar como se fazia a distribuição desse investimento pelos diferentes Distritos, uma vez que em Portugal ainda não foram criadas as regiões administrativas.

Seleccionámos, para o efeito, uma amostra de 1306 empresas com capital estrangeiro<sup>(18)</sup> proveniente de 23 países, recolhendo informação relativa ao montante do capital social e ao valor que o capital estrangeiro nele representava, ao país de origem, ao sector de actividade a que se destinou e ao distrito onde se localizou.

QUADRO VI – Repartição Distrital do Investimento Directo Estrangeiro (1988)

Distritos	Empresas com capital estrangeiro		Valor do capital estrangeiro	
	Número	%	10 <sup>6</sup> Escudos	%
Aveiro	55	4.2	5 262.5	4.2
Beja	2	0.2	7 226.4	5.8
Braga	31	2.4	1 291.4	1.0
Bragança	1	0.1	94.3	-
Castelo Branco	1	0.1	805.5	0.7
Cóimbra	31	2.4	7 669.8	6.2
Évora	1	0.1	40.0	-
Faro	86	6.6	4 138.2	3.3
Guarda	1	0.1	58.2	-
Léiria	43	3.3	3 011.2	2.4
Lisboa	772	59.1	76 382.6	61.3
Portalegre	1	0.1	937.0	0.8
Porto	193	14.8	9 310.3	7.5
Santarém	16	1.2	150.6	0.1
Setúbal	67	5.1	7 309.7	5.9
Viana do Castelo	2	0.2	337.4	0.3
Vila Real	2	0.2	314.8	0.3
Viseu	1	0.1	206.4	0.2
<b>TOTAL</b>	<b>1 306</b>	<b>100</b>	<b>124 546.2</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em:

- . Haaser, Fritz J. – Investimentos Directos Estrangeiros em Sociedades Anónimas Portuguesas. Karat – Serviço Económico. Lisboa, Maio 1990.
- . ICEP. Dezembro de 1989.

O Quadro VI mostra-nos a forma como se distribuem as empresas seleccionadas pelos diferentes distritos, bem como o valor do capital estrangeiro nelas investido em 1988.

As principais observações que se podem extrair do Quadro VI são as seguintes:

– Em Lisboa e no Porto estavam sediadas cerca de 74% das empresas com capital estrangeiro, o que por si só demonstra a atracção exercida por estas duas cidades em termos empresariais, e é sintoma evidente da má distribuição do tecido empresarial português. Para estas empresas de Lisboa e do Porto foram canalizados 69% do IDE de 1988.

- Nos distritos do litoral português - Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria e Setúbal - mais o de Santarém concentraram-se 25% das empresas com capital estrangeiro, correspondendo-lhes 23% do IDE em 1988.

- Todos os distritos do interior português - Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja - mais o de Viana do Castelo representavam apenas 1.2% do número de empresas com capital estrangeiro, correspondendo-lhes tão só 8% do IDE em 1988.

QUADRO VII - Repartição do IDE por Distritos e Sectores de Actividade (1988)

Distritos	Agricultura, Caça, Pesca e Indústrias Extractivas		Indústrias Transformadoras		Serviços	
	10 <sup>6</sup> Escudos	%	10 <sup>6</sup> Escudos	%	10 <sup>6</sup> Escudos	%
Aveiro	-	-	5 052.1	96.0	210.4	4.0
Beja	7 178.5	99.3	47.9	0.7	-	-
Braga	-	-	1 219.4	94.4	72.0	5.6
Bragança	94.3	100	-	-	-	-
Castelo Branco	805.5	100	-	-	-	-
Coimbra	-	-	7 403.8	96.5	266.0	3.5
Évora	40.0	100	-	-	-	-
Faro	97.4	2.4	560.0	13.5	3 480.8	84.1
Guarda	48.2	82.8	10.0	17.2	-	-
Leiria	-	-	2 625.3	87.2	385.9	12.8
Lisboa	1 110.2	1.5	48 638.8	63.7	26 633.6	34.8
Portalegre	724.9	77.4	212.1	22.6	-	-
Porto	-	-	5 843.4	62.8	3 466.8	37.2
Santarém	-	-	129.8	86.2	20.8	13.8
Setúbal	-	-	6 362.2	87.0	947.5	13.0
Viana do Castelo	283.5	84.0	54.0	16.0	-	-
Vila Real	216.3	68.7	98.5	31.3	-	-
Viseu	196.5	95.2	10.0	4.8	-	-

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em:

- . Haaser, Fritz J. - Investimentos Directos Estrangeiros em Sociedades Anónimas Portuguesas. Karat - Serviço Económico. Lisboa, Maio 1990.
- . ICEP. Dezembro de 1989.

Observemos agora o Quadro VII que nos mostra a forma como se processou a repartição do IDE por distritos e sectores de actividade em 1988. Apontaremos, como principais conclusões, as seguintes:

- Na agricultura, caça, pesca e indústrias extractivas os oito distritos do interior português, mais o de Viana do Castelo, foram responsáveis por 88.8% do IDE neste sector, o qual, em termos globais, representava apenas 6.9% do investimento total desse ano.

- Nas indústrias transformadoras os distritos de Lisboa e do Porto absorveram 69.6% do IDE no sector; os distritos do litoral português - Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria e Setúbal - mais o de Santarém obtiveram 29.8% do IDE. Restou assim para os oito distritos do interior português, mais o de Viana do Castelo, apenas 0.6% do IDE.

- No sector dos serviços os distritos de Lisboa e Porto tiveram direito a 84.8% do IDE, enquanto que os distritos do litoral foram contemplados com 15.2% desse mesmo IDE. Neste sector não houve qualquer IDE em nenhum dos distritos do interior. Merece destaque especial o distrito de Faro que obteve 9.8% do IDE neste sector, facto que se prende com a actividade turística dessa região.

Após termos visto como se distribuía o IDE por distritos e sectores de actividade tudo parece indicar que este se enquadra perfeitamente na realidade regional portuguesa que pode ser caracterizada, em traços gerais, por um acentuado crescimento das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, uma estagnação, ou mesmo retrocesso, dos distritos do interior com vocação essencialmente agrícola e um crescimento significativo dos distritos industriais do litoral.

Parece pois poder concluir-se, tal como o faz Carrière (1989) que *a procura de economias externas positivas ligadas principalmente à existência de infraestruturas de transporte, especialmente marítimas (perto de 90% das exportações portuguesas fazem-se por mar), os investimentos estrangeiros contribuem para a formação de maiores desequilíbrios estruturais que afectam o funcionamento espacial da economia portuguesa* (19).

Contribuindo o IDE, como acabámos de ver, para o agravamento dos desequilíbrios estruturais, é óbvio que à medida que o IDE aumenta, aumentam também as assimetrias regionais. Há de facto uma relação directa e biunívoca entre estas duas realidades motivada pelo facto de o IDE se localizar, em larga escala, nas regiões mais favorecidas em termos de vias de comunicação, de disponibilidade de mão de obra, de acesso a equipamentos urbanos, etc.; esta localização contribui quer para o reforço da hierarquia espacial já existente, quer para o aumento de uma sobreespecialização da economia portuguesa.

#### 4. CONCLUSÕES

A economia portuguesa tem vindo a assistir a um aumento bastante significativo de IDE, facto a que não é alheio, por um lado, os baixos salários aqui praticados e, por outro, a existência de legislação sobre investimentos estrangeiros bastante liberal. O facto de Portugal pertencer às Comunidades Europeias é também factor explicativo e relevante da entrada de muito investimento estrangeiro.

A forma como o IDE se distribui pelos diferentes distritos e sectores de actividade permitiu-nos verificar ser idêntica à do estágio de desenvolvimento das diferentes regiões, pelo que é possível estabelecer uma ligação de causalidade directa entre estas duas realidades.

Torna-se assim o IDE num factor de desequilíbrio regional, agravando as assimetrias existentes à medida que vai aumentando o seu volume. Sendo fonte de agravamento de desequilíbrios não é, contudo, o único ou primeiro responsável por esses mesmos desequilíbrios regionais. *Mais é, sem dúvida, o elemento agravante de uma situação pré-existente, análoga à que pode ser encontrada em toda a área mediterrânica, onde o desenvolvimento está polarizado em geral à volta de uma número restrito de zonas litorais que oferecem economias externas positivas, enquanto que as regiões exteriores têm o papel de 'zonas de reserva' de matérias primas e de força de trabalho* (20).

A resolução deste complicado problema passa, em nosso entender, pela definição de uma política de desenvolvimento regional que tenha em conta o Todo Nacional, única forma de potenciar os recursos das diferentes regiões e poder atrair, indistintamente, investimento nacional ou estrangeiro. Enquanto tal se não verificar o aumento do IDE continuará a agravar as assimetrias regionais contribuindo, desta forma, para um país a duas velocidades.

- 
- (1) Cf. VAZ PINTO, Alexandre - *Investimento Estrangeiro: um Contributo Positivo*. O Jornal de Economia. Lx. 25/3/83.
  - (2) Segundo CARREIRO, Jean Paul e RIBEI, Veronique "o lugar ocupado no seio da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) pelas regiões Portuguesas (...) depende em larga medida, se bem de que de maneira não exclusiva, das investimentos estrangeiros que aí se localizam. Isto resulta, no essencial, do movimento de deslocalização de empresas manufactureiras exportadoras, com grande coeficiente de mão de obra e fraco grau de tecnologia, originárias das economias centrais", in *Investissements Étrangers et Disparités Régionales: Le Cas Du Portugal*. Estudos de Economia, vol. x, nº1. Out-Dez. 1989. Lisboa
  - (3) Cf. VAZ PINTO, Alexandre, ob. cit.
  - (4) Um conto é igual a 1000 escudos
  - (5) Amaral, Daniel - *Investimento Estrangeiro: A Hora da Ponderação*. O Jornal de Economia. Lx. 8/5/88.
  - (6) Entendemos por desenvolvimento "o processo que tende a igualizar as condições de acesso de todos e de cada um, aos bens e serviços básicos, seja qual for o lugar de residência das pessoas; como processo que é, o desenvolvimento implica liberdade de escolha, dignidade, justiça social. Daí resulta que o desenvolvimento tenha implícitas as variáveis tempo e espaço. Segundo a variável tempo, o desenvolvimento exige a salvaguarda das oportunidades das gerações futuras, pelo que nada poderá ser feito - nos domínios da produção e da distribuição - que inviabilize as oportunidades das gerações de amanhã. A variável espaço impõe que o desenvolvimento vá ao encontro das pessoas onde elas estão, evitando-se assim os movimentos migratórios, que não são mais do que uma tentativa das pessoas mais desfavorecidas em procurarem o desenvolvimento noutras regiões do país ou do estrangeiro, já que não tiveram acesso ao desenvolvimento na região onde vivem". in CEPEDA, Francisco - *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*. Vila Real, 1988. pg.396.

- (7) *Na medida em que é ao nível local (regional) que o desenvolvimento se torna real, o desenvolvimento só será inteligível, por sua vez, enquanto desenvolvimento regional (local)* in RIBEIRO, J. Cadima - *Estratégias de Desenvolvimento Em Regiões de Forte Incidência Agrícola: o Caso do Minho*. Braga, 1988. pp.12.
- (8) Ministério das Finanças - *Estratégia de Progresso Controlado (PCDEBD)*. Lx, 1989. Vol II.
- (9) Segundo o Ministério das Finanças a intervenção do Estado traduzir-se-á em acções de divulgação das condições de competitividade de Portugal como localizações alternativas do novo investimento estrangeiro, em acções dirigidas a empresas seleccionadas visando a concretização de novos investimentos, designadamente em regime contratual, e em acções visando a expansão do investimento estrangeiro já instalado em Portugal, in *Estratégia de Progresso Controlado (PCDEBD)*. ob.cit.pg.130.
- (10) Cf. Ministério das Finanças - *Estratégia de Progresso Controlado (PCDEBD)*,pg.130
- (11) O Governo português procedeu, a partir de 1988, à venda de partes de capital das Empresas Públicas (49% do capital social da maioria dos casos). Após a revisão constitucional passou a alienar a totalidade do capital de muitas Empresas Públicas, processo que continuará ainda por alguns anos.
- (12) Cf. CARRIÈRE, Jean Paul e REX, Véronique - *Investissements Étrangers Et Disparités Régionales: Le Cas Du Portugal*. ob.cit.
- (13) A Holanda parece querer afirmar-se como país de origem de apreciável montante de IDE, apresentando valores de 7.4 e 7.5%, em 1988 e 1989, respectivamente.
- (14) *O Reino Unido é o país da Comunidade Europeia que mais investiu em Portugal no primeiro trimestre de 1990, tendo atingido mais de 45.2 milhões de contos. Em segundo lugar aparecem os investidores espanhóis que geraram mais de 28 milhões de contos. Fora destes dois casos nenhum país entrou em Portugal com mais que 8 milhões de contos. É o caso da França que ocupa o terceiro lugar da tabela com 7.5 milhões de contos, in FRANCO, Tiago - Investimento Directo Estrangeiro Continua a Crescer a 100% ao Ano. Semanário de Economia. 1 de Setembro de 1990.*
- (15) *São cerca de 1400 as empresas espanholas presentes em Portugal. Mais de 90% delas entraram depois da adesão. (...) Portugal não terá mais de uma centena de empresas no país vizinho. (...) O investimento directo feito por portugueses em Espanha foi em 1989 de 5 143 milhões de pesetas. Apenas 0.116% do investimento estrangeiro nesse país. (...) Mas Portugal não deixa de ser importante para os espanhóis. O comércio luso-espanhol é maior que o desenvolvido pela Espanha com toda a América Latina. As importações espanholas crescem em Portugal mais do que em qualquer outro mercado, in CANHA, Isabel - AEC dos Negócios com Espanha. Revista Exame. Ano 2, Nº 16. Julho de 1990, pp. 51, 52.*
- (16) Cf. J. Savary (1987) citado por CARRIÈRE, Jean Paul e REX, Véronique - Ob. cit., p. 59.
- (17) *Idém, Idém.*
- (18) *Só se entrou em linha de conta com empresas que tivessem, pelo menos, 20% do seu capital social com origem estrangeira.*
- (19) Cf. CARRIÈRE, Jean Paul e REX, Véronique - Ob. cit..
- (20) *Idém, Idém.*